

Hoc signo vinces: o 1º Corpo de Voluntários da Província do Piauí, o 19º Corpo de Voluntários da Pátria - 1865

*Johny Santana de Araújo**

Introdução

A construção do voluntariado para a guerra contra o Paraguai em fins de 1864

Em fins de 1864, a possibilidade de guerra nas fronteiras meridionais do Brasil era algo indiscutível. Havia uma grande expectativa que parecia haver tomado conta do espírito das pessoas nas capitais das províncias e nas principais cidades do Império¹. Na cidade de Teresina, a notícia fervilhou em todos os cantos. Uma lista de voluntariado logo foi aberta na Secretaria Militar do Palácio da Presidência. A lista era engrossada a cada dia pela assinatura de diversas pessoas com o propósito de ir lutar na guerra.

Enquanto uma parte da Guarda Nacional, desconfiada, apresentava resistência em seguir para a guerra, outra parte de guardas nacionais e voluntários diversos, provenientes dos setores mais populares da sociedade, demonstrava um forte entusiasmo patriótico.

Muitos eram oficiais reformados do Exército e oficiais da Guarda Nacional, com alguma experiência de combate, ou que possuíam em seu histórico um longo período no serviço militar. Alguns escreveram

cartas ao presidente, pedindo permissão para seguirem com qualquer tropa que fosse formada, como o Capitão reformado do Exército Antonio José Vital de Negreiros, cujo comunicado de 14 de março de 1865 fez ciente ao Presidente Franklin Doria que “[...] se oferece(ia) voluntariamente para o serviço da guerra.”²

Outros, como Benjamim José Teixeira, tomado por uma súbita decisão, escreveu uma carta ao presidente da província “[...] oferecendo-se para o serviço de guerra, não querendo receber soldos, para ajudar nas despesas da guerra.”³

Muitas dessas cartas eram do interior do Piauí. A maioria foi recusada, pois não se enquadava nas instruções de seleção para o Exército. Alguns desses homens estavam doentes, outros em idade já muito avançada e, mesmo reformados, eram simplesmente guardas nacionais casados, que possuíam filhos e, por lei, não estavam obrigados a prestar o serviço militar.

* Professor de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx).

O Tenente da Guarda Nacional do Piauí Raimundo Pereira de Carvalho, da Vila de Marvão, enviou carta ao Presidente Franklin Dória, na qual insistia sobre o seu “[...] oferecimento [...] ao serviço da guerra, mesmo possuindo filhos e esposa”⁴.

A recusa por parte do governo levou uma parte desses ex-militares a oferecerem seus filhos ou parentes em idade compatível ao que era pedida pelo governo para o serviço militar, tal como fez Antonio José Baptista Ferreira, residente na cidade de Oeiras. Apesar da recusa, foi um ato elogiado pelo então Ministro dos negócios da Guerra, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, afirmando que, “[...] os sentimentos de patriotismo que revela offerecendo para vir servir no Exército de operações contra o Paraguai quatro voluntários da Pátria, inclusive douis filhos seus [...]”⁵. Outra parte da população ofereceu mesmo dinheiro para custear a formação de um corpo de voluntários.

No início de 1865, porém, a própria afluência de voluntários surpreendeu muito ao Visconde de Camamu, fato observado no seu relatório encaminhado à Assembleia Legislativa antes de ser substituído por Ângelo Moniz da Silva Ferraz.

Lisongeia-nos, porém, a afluência que tem havidod de voluntários denominados da Pátria, a fim de marcharem para as nossas fronteiras, d'onde cumpre expellir o inimigo, que invadio o nosso território.

De todas as classes da sociedade apresentão-se diariamente cidadãos pedindo a honra de alistarem-se nos corpos, que seguem para o Sul e Matto-Grosso.

Pais de família, empregados públicos, todos procurão concorrer para desafronta do paiz, sem olhar para trabalhos de viagem, e commodidades que abandonão.⁶

Segundo Camamu, já havia uma quantidade muito grande de voluntários, podia-se [...] calcular em 10.000 o número de cidadãos que têm concorrido para formar batalhões que engrossam o nosso exército em operações; e a mais se elevará esse número de voluntários [...].⁷

A partir de abril de 1865, a quantidade de voluntários na Província do Piauí havia se elevado, algo em torno de mais de 300 homens. Somente em Teresina,

havia por volta de 200 homens aguardando a formação oficial de uma força.

Desde março daquele ano, o Decreto 3.371 dos voluntários da pátria havia sido prorrogado por meio da emissão de outros dois decretos: o 3.409, de 1º de março de 1865, e o 3.428, de 1º de abril de 1865, que prorrogavam por um mês conseguinte ao outro os prazos de apresentação de voluntários da pátria,⁸ bem como os benefícios prescritos pelo artigo 14 do Decreto 3.371, cujo texto indicava que:

Art. 14º. Gozarão de todas as vantagens aqueles que na Corte e Província do Rio de Janeiro se apresentarem dentro do prazo de 60 dias, nas províncias mais próximas no de 3 meses, e nas mais remotas em 4, contados da data de publicação deste Decreto, nas respectivas capitais, os Guardas Nacionais aos seus Comandantes Superiores, e onde os não houver aos Comandantes de Corpos, e os outros voluntários às Autoridades que o governo designar.⁹

É muito provável que o interesse despertado por esses homens se relacionava com a série de benefícios oferecidos pelo novo decreto do governo, de nº 3.371, que sistematizou o processo de alistamento, valorizando a perspectiva do voluntariado. Com o abandono da ideia de recrutamento forçado, a estratégia adotada pelo governo imperial para isso foi a de tentar convencer a população por um discurso que tinha por base a propaganda.

Uma das estratégias dessa propaganda já pôde ser vista, e que se resume ao discurso de nacionalismo;¹⁰ a outra era exatamente a própria divulgação dos benefícios oferecidos pelo referido decreto aos que se alistassesem de livre e espontânea vontade no corpo de voluntários que estava sendo formado na Província do Piauí.

A formação de um batalhão de voluntários

Franklin Américo de Meneses Dória recebeu o comunicado do decreto e respondeu ao Ministro da Justiça e Presidente do Conselho de Ministros, Senador Francisco José Furtado, sobre as providências que

estava tomando para a organização de alguns corpos de voluntários a fim de auxiliar as forças na guerra contra o Uruguai e Paraguai. Assegurou ainda que iria empregar todos os esforços para atender ao que o governo imperial desejava [...]”¹¹.

Dória acreditava que, em parte, o sentimento de repúdio ao Paraguai, muito especialmente à pessoa do Presidente Solano López, faria com que a população, na cidade de Teresina e no interior da província, aderisse à causa da guerra.

Este é, sem dúvida, o sentimento unânime do povo desta província, como é das outras: apelando, primeiro para o seu patriotismo, espero que não recusará o contingente que dele reclama o país.¹²

A ampla campanha de mobilização da sociedade para a formação de efetivos começou a se espalhar por toda a província do Piauí. No interior e em vários locais, surgiram pessoas com alguma capacidade de liderança, que se responsabilizaram por multiplicar a capacidade de discurso do governo, atuando como oradores e divulgadores das vantagens do decreto. Dessa forma ocorreu em Oeiras, Parnaíba, Paranaguá, Picos, Valença, Jaicós, Piracuruca e Campo Maior.

De muitas partes da província, como a cidade de Parnaíba, os membros da Câmara Municipal responderam à solicitação do governo provincial, acenando de forma positiva sobre a arregimentação de voluntários, detalhando inclusive sobre a providência para a remessa “[...] de dinheiro e armamento para as tropas que estão se formando e [que] serão enviadas à guerra.”¹³

Em algumas localidades e vilas da província, como a de São Gonçalo, os membros da Câmara Municipal, tais como Constantino da Costa Veloso, José Silveira, Raimundo Lopes, além de Jeremias da Costa, chegaram a pedir verba ao presidente da província para o envio de homens para a capital, a fim de que pudessem compor o corpo de voluntários que estava sendo formado.¹⁴

O mesmo aconteceu em Marvão, cujos membros da Câmara Municipal – Cândido Francisco da Costa, José Homem, Manoel Luis e Manoel Isidoro – enviaram um comunicado ao governo provincial, afirmando que a câmara “Se sente no dever de cumprir as ordens

para enviar voluntários da pátria à guerra [...]”.¹⁵ O mesmo problema comum a várias outras vilas, no entanto, evidenciava a precariedade da organização de um corpo de voluntários no Piauí para a guerra: a falta de verba para o deslocamento dos homens. Tal era a situação que os membros da câmara informaram que “[...] precisa de cinco contos de reis para as despesas de viagens.”.

Eram 17 horas do dia 4 de maio de 1865, quando chegou a Teresina um contingente de 52 homens e 2 oficiais da Guarda Nacional, proveniente da Vila de Barras de Marataoan. Vieram capitaneados por um capitão da Guarda Nacional chamado Francisco Luiz Pereira de Carvalho e Silva.

Segundo o jornal *Liga e Progresso*, o Capitão Francisco “[...] foi o primeiro a inscrever-se no alistamento e o primeiro a procurar, com o poder da persuasão e do estímulo, fazer-se acompanhado de tantos cidadãos [...]”¹⁷.

Deve-se levar em consideração qual o poder de persuasão e estímulo utilizados pelo capitão. Teria sido a força do discurso lançado aos moradores da vila a partir de um homem com razoável grau e domínio das letras e da oratória, que o credenciaria como uma liderança? Tal como Leonardo Castelo Branco havia feito na época da guerra de independência ou de outros instrumentos próprios utilizados por muitos senhores em relação aos seus agregados, como as redes de clientelismos? Como o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins igualmente fez para formar um exército independentista no centro-sul do Piauí, também por ocasião da guerra de independência?¹⁸

Ou o capitão, a fim de mostrar-se um ativo participante das causas do país, simplesmente convidasse aqueles que ele considerasse dispensáveis e em troca dos benefícios do decreto, enquanto ele mesmo teria o reconhecimento da sociedade, o que também se tornou muito comum, para muitos alistadores que viviam se autoencarregando de conseguir voluntários.

Além do capitão, algumas outras pessoas também se tornaram indicadores de “voluntários”, como Jeremias de Castro Lima, que, aparentemente sem grande representatividade na sociedade teresinense, enviou uma carta ao Presidente Dória sobre a sua ocupação

na aquisição de voluntários da pátria. Segundo a carta, ele estava fazendo “[...] os esforços necessários para enviar [voluntários] o quanto puder à guerra.”¹⁹

Outros eram tidos como personalidades importantes da sociedade piauiense e prestadores de relevantes serviços, em grande parte eram juízes de direito, como Cândido Gil Castelo Branco, e o Comandante Superior da Guarda Nacional no Piauí, Coronel Francisco Felix Correia, além de David Moreira Caldas, jornalista que nutria por Dória uma relação de grande amizade e apreço, atestada inclusive em sua correspondência ativa. Certa vez David Caldas teria enviado a Dória um couro de onça, que havia sido alvejada e morta por Theodoro de Carvalho, considerado um grande poeta, mas também caçador.²⁰

Theodoro de Carvalho, David Caldas e Franklin Dória eram amigos, poetas e exímios oradores. Os três vivenciaram de forma diferenciada o momento da guerra. Theodoro de Carvalho era oficial da Guarda Nacional e seguiu para o campo de batalha; David Caldas trabalhou como jornalista pela causa da guerra e, desde 1865, era colaborador no jornal *A Imprensa*, de propriedade de Deolindo Mendes da Silva Moura; e, por fim, Franklin Américo era o presidente da província.

É muito plausível afirmar em amizades como estas a presença de interesse que se consubstancia na apropriação do público e privado. David Caldas era redator e diretor de um periódico de apoio à administração Dória.

Quanto a fazer referência desses voluntários, também era um ato semioficial, por parte do presidente da província, nos relatórios que encaminhava à Assembleia Legislativa Provincial.²¹

No trabalho de Anísio Britto, é possível identificar uma lista de estudantes voluntários, que, segundo ele, havia sido anexada aos meios oficiais. A adesão desses voluntários à guerra estaria, então, dessa forma, “associada a toda a classe acadêmica”.

[...] Os estudantes piauienses, no Recife, compareceram ao palácio da presidência, solidarizando-se com o Governo e oferecendo seus serviços. Foram: Basílio Mendes da Rocha, Francisco da Cunha Castelo Branco, José Lustosa de Sousa, Joaquim Newton de Carvalho, Elpídio José de

Carvalho e Sousa, Justino José Batista, Simplicio Coelho de Resende Filho, Sesostres Silvio de Moraes Sarmento, Honório da Silva Rabelo Castro, Fontenele César Burlamaque, Ricardo José Teixeira, Agesilau Pereira da Silva.²²

A formação desse 1º corpo foi tão heterogênea que o seu comandante não era militar de carreira. Apesar de oficial da Guarda Nacional, José Fernandes Moraes Junior exercia a atividade de administrador do *Correio da Província*. Nomeações como essa acarretaram uma série de dificuldades durante a campanha.²³

Um grupo bastante significativo de oficiais provenientes da Escola Militar nunca viu com bons olhos os oficiais da Guarda Nacional, quer fossem fazendeiros, professores, comerciantes ou funcionários públicos, como o caso de José Fernandes, que era administrador do *Correio*, no comando de um batalhão ou qualquer outra composição orgânica do Exército de campanha. E essa foi uma das questões que mais suscitaram discussões e desconfianças por parte dos militares de carreira do Exército.

O Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias, via com bastante desconfiança a presença desses oficiais da Guarda Nacional, a ponto de narrar os problemas relativos a eles em uma carta enviada ao Ministro da Guerra, afirmando que,

Tem entendido alguns presidentes de província que se acham autorizados para nomear oficiais ou promoverem a postos superiores indivíduos que, pertencendo à Guarda Nacional das respectivas províncias, para aqui vieren como designados para auxiliar o Exército, e, portanto, ficarão desde logo sujeitos às leis e foro militares.²⁴

A preocupação de Caxias se fundamentava em uma questão extremamente profissional, tanto que alertava sobre a possibilidade de entregar o comando de suas tropas a oficiais superiores que considerava sensivelmente despreparados para a missão a que se propunham.

Ricardo Salles identificou que Caxias acreditava na capacidade do Exército se renovar a partir do “[...] ingresso de setores médios nas fileiras, ou ainda a formação de uma camada ampla de oficiais e suboficiais decorrentes da expansão dos quadros do Exército

[...]"²⁵. Ainda, segundo Salles, para Caxias esses “[...] elementos seriam a base de uma reformulação no quadro de oficiais do Exército. Assim, tal renovação de quadros corresponderia a livrar o exército da incompetência das velhas elites [...]"²⁶.

Essas elites, como veremos mais tarde, criariam um dos piores empecilhos à convocação de guardas nacionais para a guerra, notadamente por comporem a base social de seu círculo de mando regional. A remoção dessa base das zonas de dominação da elite representava um enfraquecimento do seu poder local.

Havia um grupo de oficiais no qual Caxias apostava a possibilidade de renovação que traria ao Exército. Seriam aqueles que fossem Voluntários da Pátria. Assim

[...] Caxias recomendava que se permitisse que os Voluntários da Pátria que já tivessem servido dois anos pudessem ser transferidos para o exército de linha. Via nessa medida uma forma de melhorar a base social do exército.²⁷

A presença desses oficiais, como ficou demonstrada em uma de suas cartas ao Ministro dos Negócios da Guerra, Lima e Silva acreditava que, se o Exército regular pudesse incorporar oficiais dos corpos de Voluntários da Pátria, levando em consideração critérios como o de bravura, o que justificaria o merecimento, as promoções por mérito trariam uma renovação às fileiras do Exército, e não só de oficiais, mas também praças dos corpos de voluntários que se destacassem no teatro de operações.²⁸ Segundo Lima e Silva,

É de urgente e palpável necessidade adiantar em postos muitos oficiais distintos e ainda moços, que aqui vejo, arriscando diariamente suas vidas e tornando-se cada vez mais comendáveis por suas qualidades [...] aqui se acham moços distintos por suas famílias e posição, os quais, tendo tudo abandonado, para aqui marcharam, acudindo ao reclamo da Pátria [...].

Havia, porém, uma série de problemas relacionados à nomeação de oficiais, que precisavam ser contornados em nível local. Tais problemas eram de conhecimento do governo imperial, tanto que, em março de 1865, a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, por meio do ajudante general, Major General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, enviou um comunicado aos presidentes de província dando instruções

sobre os procedimentos de escolha dos oficiais de 1^a linha. Para o Piauí, ele informou que:

A nomeação de indivíduos que acabão de se alistar nos Corpos de Voluntários da Pátria a Alferes de Comissão para esses corpos reconheço que é uma necessidade pela grande falta que tem o Governo Imperial de oficiais para a organização dos mesmos corpos. [...].³⁰

Com grande experiência de administração militar, Polidoro indicou que,

[...] na qualidade do cargo que ocupo, pondero a V. Excia. que a preferência somente de tais indivíduos para o posto de Alferes, ainda mesmo de comissão poderá talvez desgostar e desanimar os inferiores e cadetes de infantaria e artilharia que, tendo concluído os seus respectivos prazos, continuarão a servir sem as vantagens dos referidos voluntários, e aspirando somente os postos hoje ocupados pelos mesmos voluntários.³¹

E por fim Polidoro propôs que

Com fim de prevenir esse inconveniente que poderá ser grave que conviria escolher-se entre os inferiores e cadetes de infantaria mais antigos e os de Artilharia com curso de infantaria, alguns para ocuparem os postos de Alferes de comissão.³²

O general acreditava que essa medida era “justa e de vantagem para disciplina dos mesmos Corpos de Voluntários”, pois, dessa forma, as unidades novas poderiam obter oficiais habilitados e com experiência do serviço para os corpos de exército.

A disposição do batalhão e o embarque para a Guerra no Paraguai

Apesar das dificuldades com a inserção desses homens no exército, esse 1º Corpo de Voluntários da Província do Piauí teve a seguinte composição de comando: um estado-maior, composto pelo comandante, Major da Guarda Nacional João Fernandes de Moraes Junior, que tinha como seu ajudante de ordens

o Alferes da Guarda Nacional Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco; secretário do batalhão, o Alferes da Guarda Nacional Manoel da Costa Pereira; e quartel-mestre, o Sargento da Guarda Nacional Pedro José de Moura Leal.

A tropa inteira estava dividida em quatro companhias, cada uma com o seu próprio estado-maior. A primeira companhia tinha como principais oficiais: o Capitão da Guarda Nacional Francisco Luiz Pereira de Carvalho; o Tenente da Guarda Nacional José da Silva Rocha; e o Alferes da Guarda Nacional Francisco Pereira de Moraes. A segunda companhia contava com o comando do Capitão Alencarliense Álvares Lima e o Alferes Manoel do Nascimento Ribeiro Soares, ambos da Guarda Nacional. A terceira companhia tinha o comando do Capitão da Guarda Nacional Francisco Alves do Nascimento e o Alferes Eduardo Antonio Martins. E, finalmente, a quarta companhia estava sob o comando do Capitão Tomas Álvares Moreira e do Tenente Vicente Matias Bernardes, ambos da Guarda Nacional.³³

Dória, que já havia recebido, como muitos presidentes de província, uma determinação proveniente do Ministério da Justiça sobre a mobilização da Guarda Nacional, ainda se encontrava em meio à organização do 1º Corpo de Voluntários, quando mandou comunicar ao Ministro da Justiça justamente sobre os andamentos da preparação dessa tropa, informando inclusive que a unidade já contava com um comandante.

Tendo a honra e passar às mãos de Vossa Excelência, como me cumpre, as inclusas cópias das portarias pelas quais dei organização ao 1º Corpo de Voluntários da Pátria desta província e nomeei para o mesmo os respectivos oficiais, cumprindo declarar a Vossa Excelência que esse Corpo terá de seguir destino a essa Corte até o dia 18 do corrente mês, sob o comando do Major João Fernandes de Moraes Junior.³⁴

Ao que parece, no entanto, José Fernandes não havia se oferecido voluntariamente, mas aceito a um convite feito por Dória, pois ele expôs em um ofício pelo menos uma de suas preocupações a respeito de suas novas atividades. Sendo ele um funcionário público que retornava de sua licença, Fernandes afirmou que:

Tendo aceito com muita satisfação a Comissão que V. Excia. se dignou confiar-me do Comando do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, que tem de seguir, amanhã, para o teatro da guerra em que o Governo Imperial se acha empenhado com a República do Paraguai, peço a V. Excia. que se sirva comunicar ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a quem sou sujeito como Administrador do Correio desta Província, a fim de que o mesmo Exmo. Sr. fique ciente de que por me achar incumbido dessa comissão, deixei de entrar no exercício do meu cargo depois de finda a licença em cujo gozo me achava.³⁵

Em 15 de maio, ocorreu uma missa solene de bênção da bandeira do 1º Corpo de Voluntários. Em volta do batalhão e do povo, Franklin Dória discursou de forma retórica e, aproveitando-se desse recurso, procurou ao máximo tirar proveito da ampla comoção popular para dirigir o seu apelo a fim de manter o moral e o sentimento de repúdio contra a invasão do território brasileiro. Afinal, aquela imensa reunião de pessoas era justificada pela situação de guerra vigente.

Suas palavras dirigidas à tropa que ia embarcar nos próximos dias tinham a pretensão de criar um sentido monolítico, firme como uma rocha e de resoluta certeza na vitória que iriam buscar. O principal ícone de seu discurso era justamente o sentido que a bandeira trazia na convicção da unidade nacional e do amparo que ela trazia àqueles que a mantivessem sob sua guarda.

As bênçãos da Igreja acabam de santificar esta bandeira, que em boa hora vos é destinada. Sinto-me possuído do mais ardente jubilo, cabendo-me a fortuna de confiá-la à vossa guarda. Contemplai-a, porém, um momento, e refleti em sua sublime significação, bem como os deveres que ela vos liga. Este é o símbolo da nossa nacionalidade e da nossa união [...]³⁶

Em um apelo direto incitou os soldados a defendê-la, se possível com a própria vida.

Compreendeis, portanto, o valor deste penhor que tenho de entregar-vos. Além do culto do patriotismo, comum a todos os brasileiros, esta bandeira reclama de vós, como soldados, uma veneração especial. Sois responsáveis por ela perante o Deus dos exércitos e perante a Nação inteira. Afiança-me vossa natural bravura que a defendereis na mais dura das refregas, e que o inimigo não

logará arrancá-la de vossas mãos, senão depois de vos ter arrancado a vida.³⁷

E entregando a bandeira ao alferes do batalhão concluiu:

Recebei-a, beneméritos guerreiros! Na Republica do Paraguai, para onde marchareis em breve, na hora terrível do combate tornar-vos-eis duplicamente forte em face desta bandeira. Através do fumo da peleja e do sibilo das balas, ela erguida no meio de vós, será como a imagem saudosa da Pátria [...]. Parece que nela também se divisa esmaltando a cruz que a adorna, a milagrosa legenda, *Hoc signo vinces*. É certo. À sombra deste estandarte sempre vencereis [...].³⁸

As palavras de Dória sacramentam, na verdade, uma tentativa de criar um elo em torno da campanha, que partisse do seu exemplo e, de forma habilidosa, toma como cerne de seu discurso algo que para os militares era central: a manutenção do estandarte durante uma batalha. A captura do estandarte de um batalhão ou de um regimento pelo inimigo era visto como uma desonra geral e humilhante. Assim, ao lembrar o seu significado na batalha, lembrava também ao povo o significado do pavilhão para o país, e, por consequência qual o dever de todos naqueles dias de crise nacional.

No início de maio de 1865, o 1º Corpo de Voluntários da Província do Piauí estava constituído e pronto para a viagem. No dia 19 de maio de 1865, pela manhã, ocorreu a cerimônia de embarque do 1º Corpo de Voluntários da Pátria da Província do Piauí, com um efetivo de 286 soldados e 16 oficiais, aos quais se juntariam, em Parnaíba, mais 51 soldados, elevando o contingente ao número de 335 homens. O embarque da tropa em Teresina foi fato amplamente divulgado pelo jornal *Liga e Progresso*.

[...] pelas 10 horas da manhã, teve lugar o embarque do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, organizado nesta Província a esforços do Exmo. Dr. Franklin Dória, e que tem de ir engrossar as fileiras de nossos bravos no sul do Império, o corpo marchou com 236 homens, sob comando do Sr. Major João Fernandes de Moraes Junior, e ficará com um estando ofensivo superior a 320 praças, reunindo-se-lhes os Voluntários existentes em Parnaíba.³⁹

Nessa mesma edição, um amplo discurso de patriotismo foi perpetrado pelo jornal *Liga e Progresso*, inicialmente para elogiar o embarque da tropa, pois, segundo o seu editor, foi algo que “[...] não deve passar desapercebido dado o [...] entusiasmo que reinou na ocasião do embarque dos mesmos voluntários.”⁴⁰

Segundo o jornal,

Dir-se-ia que toda a população desta cidade ambicionava ser testemunha desse ato, em que o júbilo de uns e as lágrimas de outros formavam um contraste inexplicável e profundo aos olhos do observador atento.⁴¹

De acordo ainda com o periódico *Liga e Progresso*,

S. Excia, colocando-se à frente dos briosos defensores da Pátria, acompanhado do comandante Superior e Oficiais, dirigiu-lhes a sua palavra eloquente, recitando um brilhante discurso e concluindo com vivas a Religião Católica, a S. M. o Imperador, à nação brasileira e ao 1º Corpo de Voluntários da Pátria⁴².

O jornal *Liga e Progresso* ainda fez referência a outros discursos que foram proferidos naquela manhã, destacando sempre a eloquência do Alferes Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco, que era tido como um grande poeta cognominado de “poeta caçador”.

A viagem da tropa para Parnaíba foi realizada a bordo do vapor *Urucuí*, que rebocou ainda duas balsas em razão da elevada quantidade dos efetivos do batalhão. A tropa, ao desembarcar em Parnaíba, teve incorporados mais 51 homens, o que foi prontamente informado por Dória ao Ministério da Justiça, fazendo ciente ao governo imperial que, por portaria, havia dado a

[...] organização ao 1º Corpo de Voluntários da Pátria desta Província e nomeei para o mesmo os respectivos oficiais, cumprindo declarar a Vossa Excelência que esse Corpo terá de seguir a essa Corte até o dia 18 do corrente mês, sob o comando do Major João Fernandes Moraes Junior.

Alguns meses antes, quando o Corpo de Guarda também havia seguido viagem, essa tropa de 1ª Linha do Exército havia passado por uma série

de problemas por conta das despesas com o deslocamento. Franklin Doria preveniu-se quanto ao Corpo de Voluntários e adquiriu um empréstimo, em 17 de maio daquele ano, junto à Administração da Fazenda Provincial, no valor de 10 contos de réis, uma vez que o Corpo teria que se deslocar até São Luís do Maranhão.

Como era de se prever, a viagem do vapor *Urucuá*, que saiu de Teresina no dia 19 de maio, foi tão atribulada que somente chegou a Parnaíba no dia 27 daquele mês e, somente dois dias depois, a tropa viajou para São Luís em outro vapor, o *Gurupi*. Daí em diante, seria a longa viagem ao Sul, para a Corte e, de lá, para o Prata e para a guerra.

contexto, Franklin Américo de Meneses Dória atuou como um gestor competente e dedicado, preocupado em demonstrar ao governo imperial que a província teria a capacidade de atender à solicitação emergencial que se fazia presente.

Aparentemente, a primeira fase do conflito revelou um forte acolhimento popular, fruto da indignação causada pela invasão do Paraguai ao território brasileiro. Em grande medida, a habilidade em capitanear o discurso deu subsídios suficientes para a formação de um primeiro corpo de voluntários. A guerra parecia uma grande aventura, que seria rápida e decisiva, e ajudaria no fortalecimento do nacionalismo.

O futuro, contudo, revelaria uma outra nuance, que exigiria um esforço maior do Exército Brasileiro nos campos de batalha do Paraguai, uma vez que o conflito se estendeu por longos cinco anos. Nos meses seguintes, o Piauí enviou mais dois batalhões completos. Ao longo tempo, a província continuaria enviando homens para cobrir as baixas no *front*.

Considerações finais

Como nas demais províncias do Império, o Piauí havia dado início a uma série de providências para a constituição de forças destinadas à guerra. Nesse

Referências

ARAÚJO, Johny Santana de; BUENO, Eva Paulino; SILVA, Rodrigo Caetano da [Orgs]. **150 anos depois: reflexões sobre a Guerra do Paraguai. La Guerra Grande. La Guerra de la Triple Alianza.** Teresina: EdUFPI/ Cancioneiro, 2020.

ARAÚJO, Johny Santana de. Que “10.000 Homens Marcha[rão] na direção ao Piauhi”: Leornardo Castelo Branco e João Cândido de Deus e Silva na formação da Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão 1822-1823. In: Elizabeth Sousa Abrantes; Pedro Vilarinho Castelo Branco; Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus (org.). **A Independência do Brasil nas Províncias do Maranhão e Piauí.** 1. ed. São Luis: Editora UEMA, 2023.

ARAÚJO, Johny Santana de. O Exército patriota do Ceará e Piauí na Guerra de Independência no Maranhão 1823. In: Eduardo França Paiva; Josenildo de Jesus Pereira; Rodrigo Caetano Silva; Samir Lola Roland (orgs.). **Reescrevendo histórias do Brasil – conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX).** 1. ed. Belo Horizonte: Caravana, 2023.

BARATTA, María Victoria. **La Guerra del Paraguay y la construcción de la identidad nacional**. Buenos Aires: Editorial SB, 2019.

CALMON, Pedro. **Franklin Dória**: Barão de Loreto. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1982.

CHAVES, Joaquim. **Obra Completa**. Teresina: FCMC, 1998.

DORATIOTO, Francisco. História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [Online]. Colóquios, postado *online* em 13 jan 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/49012>. Acesso em: 9 mar 2024.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 2, t. V, p. 1.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]”. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [En ligne], Colloques, mis en ligne le 27 mars 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/55579>. Acesso em: 9 mar 2024.

MELLO, Anísio de Britto. **Contribuição do Piauí à Guerra do Paraguai**. Teresina: Ed. Comepi, 1931.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Vol. 4. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

SALLES, Ricardo. **Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SQUINELLO, Ana Paula (org.). **150 anos após – A Guerra do Paraguai**: entre olhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2016.

TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. 150 anos de uma historiografia em conflito (1870-2020). **Semina – Revista dos Pós-graduandos em História da UPF**, 19(2), 2020.

WHIGHAM, Thomas. **The Paraguayan War**: causes and early conduct. 2nd edition. Calgary: University of Calgary Press, 2018

Fontes

BRASIL. Ministério dos Negócios da Guerra, 1^a Directoria Geral. Correspondência do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra / Presidente da Província do Piauhy, Ofício nº 20, Rio de Janeiro, 20/12/1865. Codice Piauhy, p. 7. AHEX, Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

BRASIL. Colecção das Leis do Império do Brasil de 1865, Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865. Decreto-Lei nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

CARTA de David Moreira Caldas a Franklin Américo de Menezes Dória. Barras, Piauí, 02/02/1865. Lata 171, Livro 01 – Cartas Diversas – 1852-1867, p. 78. Coleção Barão do Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

DECRETOS de 1º de março e 1º de abril de 1865, prorrogando o prazo de apresentação de voluntários da pátria. Lata 372, pasta 18. Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

GUERRA DO PARAGUAI. Documentos, Livro III, Seção de Códices, 1865, APEPI, Teresina.

GUERRA DO PARAGUAI. Documentos, Livro I, Seção de Códices, 1865, APEPI, Teresina.

GUERRA DO PARAGUAI. Documentos, Diversos Volumes. Correspondência do Administrador do Correio da Província/Presidente da Província, 1865. Códices, APEPI, Teresina.

LIGA E PROGRESSO. Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Cartas, Reservados e Confidenciais Referentes à Campanha do Paraguai 1867-1869, livro 4, código 924 AN. Rio de Janeiro

MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Correspondência sobre a Guerra do Paraguai, Relações nominais de oficiais e soldados que tomaram parte da mesma, vol. 12, código 547. AN. Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Instrução ao presidente da Província do Piauí, Instrução nº 728 de 07/03/1865, 2^a Diretoria Geral, 1^a Seção. SG/IG 218, AN, Rio de Janeiro.

OFÍCIOS trocados entre os Presidentes de Províncias e os Ministros das Pastas da Guerra e da Justiça e vice-versa. Ofício nº 222, Província do Piauí, Palácio da Presidência, 16.05.1865; Coleção de Manuscritos do Arquivo Nacional.

PIAUÍ. Ofícios do Presidente de Província do Piauí/ Ministro da Pasta dos Negócios da Justiça (1865). Seção de Avulsos, AN, Rio de Janeiro, Ofício nº 222. Palácio da Presidência do Piauí, 16 de maio de 1865.

PIAUÍ. Relatório do Presidente da Província, Franklin Américo de Meneses Dória à Assembleia Legislativa Provincial. 12/07. [caixa 2 – envelope 29 Duplicada]

Notas

¹ Há uma extensa bibliografia que trata sobre os impactos da divulgação da guerra. Mais recentemente em nível macro, existem trabalhos que abordam o conflito a partir de uma nova história militar. Em nível nacional, ver: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Trabalhos produzidos no exterior: Baratta, María Victoria. **La Guerra del Paraguay y la construcción de la identidad nacional**. Buenos Aires: Editorial SB, 2019; Whigham, Thomas. **The Paraguayan War**: causes and early conduct, 2nd edition. Calgary: University of Calgary Press, 2018. E coletâneas: ARAÚJO, Johny Santana de; BUENO, Eva Paulino; SILVA, Rodrigo Caetano da [Orgs]. **150 anos depois**: reflexões sobre a Guerra do Paraguai. La Guerra Grande. La Guerra de la Triple Aliança. Teresina: EdUFPI/Cancionero, 2020; SQUINELLO, Ana Paula (orgs). **150 anos após** – A Guerra do Paraguai: entre olhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2016. Para um panorama mais abrangente sobre a Historiografia do conflito, ver os artigos de: DORATIOTO, Francisco. “História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai”, **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [Online], Colóquios, postado online em 13 de janeiro de 2009, consultado em 9 de março de 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/49012>; MAESTRI, Mário. “A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]”, **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [En ligne], Colloques, mis en ligne le 27 mars 2009, consulté le 9 mars 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/55579>; TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. 150 anos de uma historiografia em conflito (1870-2020). **Semina** – Revista dos Pós-graduandos em História da UPF, 19(2), 2020;

² Guerra do Paraguai, Documentos, Livro III, 14/03/1865, p. 21. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

³ Guerra do Paraguai, Documentos, Livro III, 12/03/1865, p. 19. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

³ Guerra do Paraguai, Documentos, Livro III, 10/03/1865, p. 16. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

⁵ BRASIL. Ministério dos Negócios da Guerra, 1^a Directoria Geral. Correspondência do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra / Presidente da Província do Piauhy, Ofício nº 20, Rio de Janeiro, 20/12/1865. Codice Piauhy, p. 7. AHEX, Rio de Janeiro.

⁶ BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. **Relatório**, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 10.

⁷ Ibid.

⁸ DECRETOS de 1º de março e 1º de abril de 1865, prorrogando o prazo de apresentação de voluntários da pátria. Lata 372, pasta 18. Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

⁹ BRASIL. Colecção das Leis do Império do Brasil de 1865, Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865. Decreto Lei nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, p. 3.

¹⁰ Eric Hobsbawm em seu livro *Nações e Nacionalismos*, indica-nos que uma das condições necessárias ao reconhecimento de um Estado-nação era exatamente a capacidade de fazer a guerra, ver: HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 49-50.

¹¹ DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército v. 2, t V, p. 1.

¹² Ibid.

¹³ Guerra do Paraguai, Documentos, Livro I, 17/03/1865, p. 14. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

¹⁴ Guerra do Paraguai, Documentos, Livro I, 08/05/1865, p. 60. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

¹⁵ Guerra do Paraguai, Documentos, Livro I, 15/05/1865, p. 63. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Liga e Progresso, p. n/p, número 15/05/1865, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

¹⁸ Durante a campanha militar de expulsão dos portugueses no norte do Brasil, durante a formação do exército independentista no Piauí, o Alferes Leonardo Castelo Branco fez uso de sua habilidade argumentativa e de extensa oratória, para convencer as populações das vilas do Norte do Piauí para aderirem à causa da independência e engrossar o exército que estava se formando. Um movimento de convencimento também aconteceu no sul da província, mas por um processo ligado às redes de solidariedade familiar, sendo desencadeado pelo núcleo da família Sousa Martins. Ver: ARAÚJO, Johny Santana de. Que “10.000 Homens Marcha[rão] na direção ao Piauhi”: Leonardo Castelo Branco e João Cândido de Deus e Silva na formação da Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão 1822-1823. In: Elizabeth Sousa Abrantes; Pedro Vilarinho Castelo Branco; Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus. (Org.). A Independência do Brasil nas Províncias do Maranhão e Piauí. 1. ed. São Luís: Editora UEMA, 2023; ARAÚJO, Johny Santana de. O Exército patriota do Ceará e Piauí na Guerra de Independência no Maranhão 1823. In: Eduardo França Paiva; Josenildo de Jesus Pereira; Rodrigo Caetano Silva; Samir Lola Roland (orgs.). Reescrevendo histórias do Brasil – conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX). 1. ed. Belo Horizonte: Caravana, 2023.

¹⁹ Guerra do Paraguai – Documentos – Livro I, 29/03/1865, p. 38. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

²⁰ CARTA de David Moreira Caldas a Franklin Américo de Menezes Dória, Barras, Piauí, 02/02/1865. Lata 171, Livro 01, Cartas Diversas, 1852-1867, p. 78. Coleção Barão do Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

²¹ Ver: PIAUÍ, Relatório do Presidente da Província, Franklin Américo de Meneses Dória à Assembleia Legislativa Provincial. 12/07. [caixa 2, envelope 29, Duplicada].

²² MELLO, Anísio de Britto. **Contribuição do Piauí à guerra do Paraguai**. Teresina: Ed. Comepi, 1931, p. 11.

²³ Sobre as dificuldades em organizar o comando do primeiro batalhão, ver: NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**, volume 4. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

²⁴ MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Correspondência sobre a guerra do Paraguai. Relações nominais de oficiais e soldados que tomaram parte da mesma, vol. 12, código 547. AN. Rio de Janeiro.

²⁵ SALLES, Ricardo. **Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 109.

²⁶ Ibid.

²⁷ Ibid.

²⁸ MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Cartas, Reservados e Confidenciais Referentes à Campanha do Paraguai 1867-1869, livro 4, código 924 AN. Rio de Janeiro

²⁹ MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Cartas, Reservados e Confidenciais Referentes à Campanha do Paraguai 1867-1869, livro 4, código 924 AN. Rio de Janeiro (Carta confidencial ao ministro dos Negócios da Guerra, 02/09/1868).

³⁰ MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Instrução ao presidente da Província do Piauí, Instrução nº 728 de 07/03/1865, 2^a Diretoria Geral, 1^a Seção. SG/IG 218, AN, Rio de Janeiro.

³¹ Ibid.

³² Ibid.

³³ CHAVES, Joaquim. **Obra Completa**. Teresina: FCMC, 1998, p. 17.

³⁴ OFÍCIOS trocados entre os Presidentes de Províncias e os Ministros das Pastas da Guerra e da Justiça e vice-versa. Ofício nº 222, Província do Piauí, Palácio da Presidência, 16.05.1865. Coleção de Manuscritos do Arquivo Nacional.

³⁵ Guerra do Paraguai, Documentos, diversos volumes. Correspondência do Administrador do Correio da Província/Presidente da Província, 17/05/1865. Códices, APEPI, Teresina.

³⁶ CALMON, Pedro. **Franklin Doria**: Barão de Loreto, Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1982, p. 64.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid. A expressão *Hoc signo vinces* vem do latim. Foi proferida pelo conselheiro do Imperador Constantino antes da Batalha da Ponte Milvio, quando um meteorito caiu próximo de onde estavam as forças de Constantino. O rastro deixado no céu formou uma imagem que, segundo o seu conselheiro, era um sinal enviado por Deus de que ele venceria e que deveria reconhecer o cristianismo como religião oficial do Estado romano depois da sua vitória. A adoção dessa passagem no discurso de Dória ao entregar a bandeira ao batalhão levava-nos a supor que sua intenção era fazer os soldados e a população da cidade crerem de que guerra contra o Paraguai era uma cruzada abençoada por Deus, e que a bandeira os lembraria, quando tremulando no campo de batalha, de que a sua imagem era uma sinal de que venceriam.

³⁹ Liga e Progresso, p. n/p, número?24/05/1865, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid.

⁴² Ibid.

⁴³ PIAUÍ. Ofícios do Presidente de Província do Piauí/ Ministro da Pasta dos Negócios da Justiça (1865). Seção de Avulsos, AN, Rio de Janeiro, Ofício nº 222. Palácio da Presidência do Piauí, 16 de maio de 1865.